

RAFAEL VIEIRA LIMA

EMPREENDEDORISMO NO PROJETO RIO CIDADE

**Reprodução do Subúrbio na escala dos
bairros, o caso Bangu e Campo Grande.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Helion Povoá Neto

Rio de Janeiro

2012

RAFAEL VIEIRA LIMA

EMPREENDEDORISMO NO PROJETO RIO CIDADE

Reprodução do Subúrbio na escala dos bairros, o caso Bangu e Campo Grande

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Aprovado em:

Prof. Dr. Helion Povoá Neto
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral debater a lógica empreendedora contida no Projeto Urbanístico Rio Cidade, seu objetivo específico é promover um breve debate acerca da reprodução do Subúrbio na escala dos bairros Bangu e Campo Grande da Zona Oeste carioca. Este debate se apresentará não só a partir da observação de fotografias das intervenções produzidas pelo projeto urbanístico na escala dos bairros em questão, como também de mapas (objetivos e subjetivos) da divisão administrativa e cultural do território carioca, que é capaz de reproduzir a desigualdade sócio-espacial da cidade na escala de bairros.

Palavras-chave: Projeto Urbanístico. Rio Cidade. Empreendedorismo. Bangu. Campo Grande.

ABSTRACT

This work is generally objective discuss the entrepreneurial logic contained in the Urban Project in the city of Rio de Janeiro, the specific objective is to promote a brief discussion about the reproduction of Suburbia on the scale of the neighborhoods of Bangu and Campo Grande Western Zone of Rio. This discussion will present not only from the observation of the photographs produced by the project interventions on the scale of urban neighborhoods in question, as well as maps (objective and subjective) of administrative division and cultural territory of Rio, which is capable of reproducing inequality socio-spatial scale in city neighborhoods.

Keywords: Urban Design. Rio de Janeiro. Entrepreneurship. Bangu. Campo Grande.

SUMÁRIO

1	Apresentação	6
2	Capítulo 1 – A Particularidade do Conceito de subúrbio no Rio de Janeiro	13
2.1	Apresentação e o Conceito de Subúrbio	13
2.2	A criação de um Rio capitalista e de um novo conceito para o subúrbio carioca e a Reforma Urbana Pereira Passos	15
2.3	Recorte Espacial do Subúrbio – Subúrbio Social e/ou Subúrbio Geográfico	19
3	Capítulo 2 - Poder Público como empreendedor: O Projeto Rio Cidade e a Reprodução da Categoria Subúrbio dentro dos bairros Bangu e Campo Grande	23
3.1.	Caracterização do Projeto Rio Cidade	23
3.2	O Empreendedor e os suburbanos, a reprodução em escala local (Bangu e Campo Grande)	26
4	À guisa de conclusão	34
5	Bibiografia	37

1. Apresentação, um breve debate:

A cidade se constitui na unidade relevante para entender como as riquezas das nações são criadas (JACOBS apud HARVEY, 1996, p. 50). Justamente por isso, buscaremos, neste trabalho, enxergar a urbanização como um processo sócio-espacial, onde vários atores com diversos objetivos convergem através de uma configuração específica de práticas espaciais interligadas.

Nesse sentido, nas palavras de Harvey:

“a consciência dos habitantes urbanos é afetada pelo conjunto de experiências do qual derivam percepções, leituras simbólicas e aspirações. Em todos estes aspectos há uma contínua tensão entre forma e processo, entre sujeito e objeto, entre atividade e coisa.” (HARVEY, 1996, p. 51)

O carioca tem vivido a expectativa de ter, sediados em sua cidade, eventos expressivos em escala mundial. As Olimpíadas (onde o Rio de Janeiro será a cidade-sede) e a Copa do Mundo FIFA de futebol (onde o Rio será umas das principais sedes) se destacam entre estes, tanto pela importância dentro da comunidade mundial, pelo apelo relacionado a estes, quanto pela logística demandada.

A expectativa quanto a tais eventos fez com que o Rio de Janeiro alcançasse um papel de destaque como umas das cidades em maior evidência no cenário mundial. Acreditamos que tal fato relaciona-se com o processo de globalização por interpor novas redes, revalorizando o lugar e a escala local.

Diante desse quadro, observamos, a partir deste fenômeno, um enfraquecimento do estado-nação ocorrendo um processo que tem parte das potências mundiais e suas metrópoles, encontrando as cidades globais que comandam os fluxos de mercadorias, investimentos financeiros e informações.

Podemos, a partir da compreensão do que foi acima exposto, verificar mudanças relacionadas à gestão das

idades, inclusive por parte do próprio poder público local. No dizer de Oliveira (apud HARVEY, 1996, P. 49):

“há uma mudança do gerenciamento para o empresariamento na administração urbana. Esse empresariamento apresenta como característica central a noção de parceria público-privada na qual as tradicionais reivindicações locais estão integradas com a utilização dos poderes públicos locais para tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de empregos.”

Motivados por estes aspectos, surgem os planos estratégicos. Tais planos promovem a imagem das cidades, destacando o papel da menor unidade administrativa, e seu planejamento. Agora, torna-se, imperativo pensar a cidade na sua relação direta com o mundo, sem, necessariamente, passar pela intermediação do estado nacional.

Nas últimas duas décadas, a cidade do Rio de Janeiro passou por expressivas e importantes mudanças. Tais mudanças, objetivas e subjetivas, apesar de possuírem aspectos e naturezas diferentes, para não dizermos antagônicos, têm no poder público um papel de destaque.

Acreditamos que refletir acerca destas recentes transformações (objetivas e subjetivas) ocorridas em nossa cidade nas duas últimas décadas é de extrema importância para a compreensão da realidade urbana carioca, realidade esta digna de destaque. Sobretudo pelo fato da cidade em questão ter abrigado importantes eventos de naturezas diversas (esportivos, culturais, sociais, econômicos, etc.) nas últimas duas décadas.

Motivado por estas questões, gostaríamos de refletir acerca de algumas facetas, conseqüentes e motivadoras, destas transformações manifestadas especificamente em um projeto urbanístico, o projeto Rio Cidade.

“(...) a intervenção urbanística possibilita um planejamento urbano tido como de “novo tipo”, com uma

racionalidade e administração de empresa, por outro, o que observamos é um aumento do controle social sobre o espaço, os seus usos e serviços e a população que dele se utiliza, caracterizando, ao nosso ver, em muitos aspectos, formas de restrição à cidadania para determinados sujeitos e atores sociais.”(OLIVEIRA, 2008, p. 1)

Nesse sentido, buscamos contribuir com este imperativo propondo em nossa monografia um breve debate acerca projeto Rio-Cidade, considerando-o, ao mesmo tempo, como consequência/ parte integrante de um processo de globalização da metrópole carioca, inserindo-a, de forma mais intensa, nas redes globais de fluxos econômicos.

Este projeto urbanístico, que teve duração de cinco anos (1995-2000), apresentou uma série de intervenções urbanas pontuais em diversos bairros. Além disso, também vale ressaltar que tal projeto esteve incluído no Plano Estratégico da cidade –*Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*.

Para justificar a execução do projeto o Estado associou a imagem do Rio de Janeiro, do início dos anos 90, ao quadro crítico em que se encontrava durante duas décadas, traduzindo assim, uma situação de desordem urbana, agravada, inclusive, pela quantidade de camelôs e moradores em condição de rua. Procurou-se então, a partir do projeto, arbitrar, condicionar e disciplinar o “ir e vir” dos indivíduos no seu cotidiano a partir do bairro.

“A falta de investimento e de um planejamento adequado em obras e serviços públicos resultara em enchentes causadas por colapsos da rede de drenagem, mobiliário urbano e pavimentações em péssimo estado de conservação, tráfego e estacionamento caóticos, iluminação deficiente e arborização incompatível com o local (esparsa ou em mau estado de conservação, por exemplo) com poda dificultada por fiações aérea.”
(IPLANRIO, 1996).

Segundo o IPLANRIO, o principal objetivo do projeto seria afirmar a importância das ruas para o equilíbrio da vida social, trabalhando para sua recuperação, promovendo aos cidadãos o direito a cidade, integrando objetivos sociais, econômicos e culturais.

Nesta perspectiva, camelôs e moradores em condição de rua são claramente excluídos da condição de cidadãos para o Estado, já que seu direito à cidade está sendo sumariamente negado, pois sua presença nas ruas, segundo a lógica do projeto, simboliza desordem urbana.

Surge, então, outro aspecto digno de destaque: o controle social exercido pela força policial sobre os ambulantes e a população em situação de rua; neste caso destaque para Guarda Municipal, força policial responsável por corroborar ações de “ordem pública” da prefeitura, como, por exemplo, a operação Choque de Ordem desta administração.

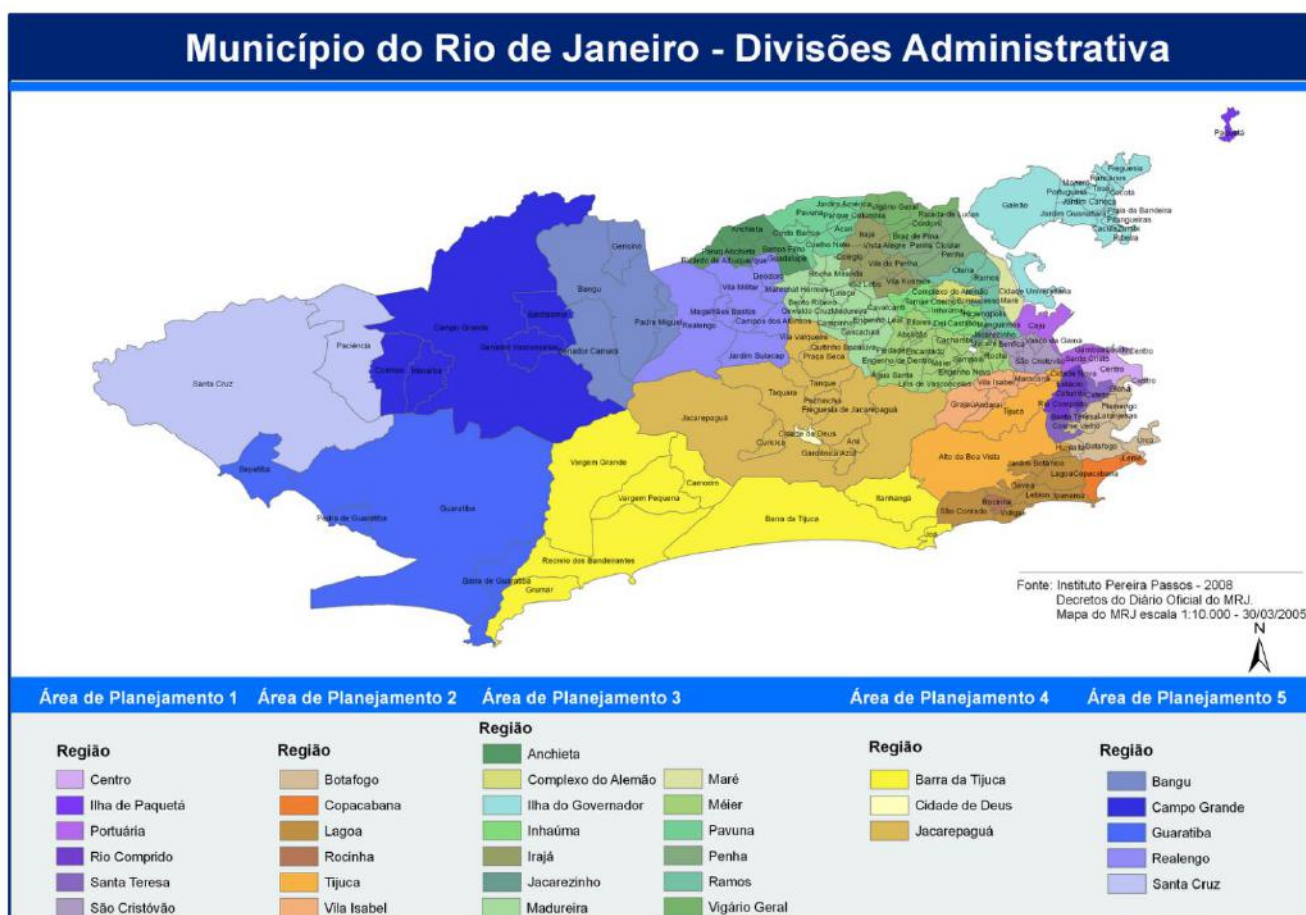
O projeto Rio-Cidade se destaca, mesmo que de maneira tímida, em relação a outros projetos urbanísticos, pelo recorte espacial desta intervenção, mas sem se constituir em um plano de reforma urbana, propriamente dito.

“A escala de abrangência alcançada por essa intervenção salta aos olhos, incluindo bairros da Zona Norte e da Zona Oeste, fora do núcleo central da cidade e, até então, raramente contemplados com esse tipo de investimento.” (OLIVEIRA, 2006, p. 177).

É esta característica do projeto urbanístico que pretendemos debater em nosso trabalho de conclusão do curso, sobretudo por observarmos que a construção social deste lugar “*fora do núcleo central da cidade*” não se dá, na esmagadora maioria das vezes, sob a égide do Estado.

A partir da observação do mapa seguinte poderemos verificar que alguns bairros suburbanos, sobretudo os da Zona Oeste, atendem, em suas áreas centrais, grande parte da demanda por serviços, tanto da população residente em seus territórios, quanto da residente no seu entorno. Pois, como o subúrbio carioca possui construção desigual do ponto de vista sócio-espacial, nem todos os

bairros suburbanos tiveram condições para se tornarem auto-suficientes no sentido de oferecerem, em seus territórios, os serviços demandados pela sua população.



Fonte: <http://mapaambiental.blogspot.com/2010/08/bairros-do-rio-de-janeiro-shapefile-e.html>

Na grande maioria das vezes, estes subcentros concentram a economia da sua área de planejamento por se constituírem como locais de usos comerciais, onde há o fluxo de capital. Diante desse quadro, onde houve, por meio do projeto Rio Cidade, a já apresentada intervenção pontual, ocorreu uma espécie distinção espacial da paisagem, sobretudo no que diz respeito ao mobiliário urbano.

Nosso objetivo específico neste trabalho é debater e compreender a desigualdade sócio-espacial produzida em escala local, mais especificamente na escala dos bairros, incentivada pela faceta da intervenção pontual e maquiadora nas áreas centrais de alguns bairros

suburbanos proposta e promovida pelo projeto Rio Cidade. Para alcançar tal intento, tomaremos como base dois bairros da Zona Oeste e suas regiões mais periféricas/suburbanas, a saber: Bangu e Campo Grande.

Escolhemos estes bairros como base para pesquisa por entendermos que, mesmo fora da Zona Norte, considerada classicamente como subúrbio no ideário carioca, estes reúnem em seu padrão urbano e construção social as características pertencentes a esta categoria (subúrbio). O padrão ferroviário para a ligação com a área central da cidade, a qualidade das intervenções do poder público e a própria distância geográfica destes bairros com a zona central da cidade são exemplos para justificá-los como suburbanos.

Cabe ressaltar que a construção do bairro de Bangu aconteceu de uma maneira bastante específica em relação aos demais bairros do subúrbio carioca, sobretudo pelo destaque dado à Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB) – Fábrica Bangu - nesse processo.

A CPIB foi proprietária de boa parte das terras onde hoje está situado o bairro acima citado, a produção deste lugar se deu de uma forma bastante particular, sob a gerência de uma fábrica têxtil. O espaço rural ali existente foi tomando contornos de subúrbio; a construção de uma estação ferroviária em 1890 dando continuidade ao ramal ferroviário de Santa Cruz em 1892 foi umas das principais evidências destas transformações.

Bangu e Campo Grande possuem em seus territórios (região Bangu e região Campo Grande, constituintes da área de planejamento 5) grandes áreas de infraestrutura precária em seus arrabaldes, é comum falta de água e luz nos bairros do Gericinó e Senador Camará da região Bangu, assim como escassez de transportes públicos e precariedade da rede hospitalar em bairros como Santíssimo e Inhoaíba na região Campo Grande; tais territórios concentram uma população de baixa renda, subnutridos de cidadania e assistência por parte do poder público.

Padre Miguel, Senador Camará, Gericinó, Inhoaíba, Cosmos, Senador Vasconcelos e Santíssimo são os bairros com os maiores índices de criminalidade da região e, como de costume numa sociedade desigual, menores índices de saneamento básico.

Basta observarmos a divisão administrativa do município no mapa acima para constatarmos que os bairros suburbanos reproduzem, em escala local, a mesma dinâmica urbano/suburbano, conseqüente da dicotomia centro-periferia, em sua evolução urbana: a concentração de uma melhor qualidade de vida nos locais centrais, enquanto que em regiões periféricas (seus arrabaldes) há a reprodução da baixa qualidade de vida.

Como já colocado anteriormente, o projeto Rio Cidade buscou concentrar suas intervenções nas áreas centrais dos bairros, ou seja, seus centros comerciais. Estes subcentros possuem grande importância na dinâmica espacial do bairro, essa diferenciação é justificada pelo fato destes locais terem grande concentração de fluxos na escala do bairro/subregião.

Diante desta dicotomia achamos de grande relevância discutir como o Estado, através de um projeto de intervenção urbanístico de grande porte, se faz ausente; não exercendo seu papel de administrador do espaço (e suas desigualdades) e, ao invés disso, se coloca como mais um empreendedor em busca de lucro e vantagens na disputa pelo capital.

Nesse sentido, faz-se necessário uma breve discussão sobre o conceito carioca de subúrbio, categoria constantemente debatida por diversos pesquisadores, mas que tem em suas complexas especificidades, a justificativa para tal destaque.

Para isso, a primeira parte do trabalho procurará discutir o conceito de subúrbio no Rio de Janeiro e sua particularidade, tanto em relação ao conceito clássico de subúrbio na geografia urbana, quanto o próprio conceito de subúrbio usado em regiões periféricas do capitalismo.

Não temos como objetivo esgotar o tema, mas sim enriquecer o debate dentro e fora do âmbito acadêmico. O recorte espacial dado ao subúrbio nesse trabalho refere-se a uma parte da Zona Norte e a totalidade da Zona Oeste, sendo excetuada da Zona Oeste a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes.

Considerando que o subúrbio abordado por esse trabalho teve início na reforma urbana de Pereira Passos, é dado a essa reforma um papel de destaque no presente trabalho. Assim como para o imaginário suburbano produzido por esta reforma promotora da expulsão do carioca pobre do centro.

2. CAPÍTULO 1: A Particularidade do Conceito de Subúrbio no Rio de Janeiro.

2.1 Apresentação e o conceito de subúrbio:

A geografia urbana tem encontrado muitas dificuldades para a conceituação e aplicação do conceito de subúrbio no município do Rio de Janeiro, isso porque a evolução urbana deste sítio não segue um padrão clássico de distribuição nas cidades latino-americanas. Esse padrão clássico configura-se em manter os pobres nas periferias e os ricos nos núcleos. Tradicionalmente o subúrbio representa

“um espaço geográfico situado à margem, nas bordas, na periferia localizada extra-muros da cidade. Um espaço produzido junto à cidade e tão antigo quanto ela, mas que, por sua localização geográfica, tipo e forma de uso, não se confunde nem com a paisagem nem com o espaço considerado urbano.”
(Fernandes, 1995, p. 29-31).

No seu significado clássico o subúrbio fora *“morada de agricultores atrasados, rústicos, sem maneiras ou aristocratas que procuravam o prazer à custa de suas rendas e não só dos lucros obtidos no comércio e na indústria”* (Mumford, 1965, p. 614).

Ou seja, ser suburbano no século XVIII era privilégio da classe que podia escapar da insalubridade da cidade industrial produzida pela primeira Revolução Industrial, e conseqüentemente dos valores urbanos inseridos nesta. Essa fuga era privilégio de classes mais abastadas dominantes da sociedade, pois fomentava um contato como rural imprimindo a vida um caráter mais saudável, por isso o subúrbio, era frequentemente usado pelas elites como espaços de vilegiatura.

As atividades exercidas no subúrbio eram consideradas saudáveis ao ser humano, atividades estas que foram colocadas para fora dos muros da cidade industrial por causa da limitação espacial engendrada pela concentração fabril. Essas atividades se configuravam como a jardinagem, a cultura do campo, a recreação e os jogos, tais atividades eram recomendadas

até mesmo por médicos. Nesse sentido podemos perceber que a vida suburbana estava diretamente associada com a natureza.

É importante salientar que o “suburbanismo” (Mumford, 1965, p. 616) não surge com a primeira Revolução Industrial, esse movimento de êxodo do urbano não fora inaugurado pela modernidade, em antigas cidades medievais o espaço suburbano já era usado como espaços de vilegiatura e também como lugar de templos e construções de uso público.

O seu maior crescimento demográfico se dá, em sua origem pela busca da salubridade pelas classes dominantes que habitavam a “*cidade da noite apavorante*” (Fernandes, 2008, p. 17) da primeira Revolução Industrial. Na expansão extra-muros da cidade industrial se dá a consolidação do subúrbio como forma espacial intermediária entre o campo e a cidade, podemos tomar como exemplo claro desse caráter o *English Courtier* que nas palavras de Mumford é colocado dessa forma:

“Alguns séculos depois de Villani, Stow notou que, fora dos muros de Londres, as pessoas estavam abrindo jardins e construindo fantásticas casas de verão, com alegorias de meados de verão, com torres, torreões e chaminés, bem uns duzentos anos antes que alguém começasse, embaraçadamente, a produzir as fantásticas vilas e loucuras da revivescência gótica. Há uma alusão ao novo tipo de subúrbio em The English Courtier. O hábito da maioria dos gentis-homens e nobres é alojarem-se (se têm meio para isso) nos subúrbios da cidade, porque vi de regra, sendo ali o ar mais ou menos farto, não é tão grande o ruído; e assim, conseqüentemente são lugares tranquilos.” (Mumford, 1965, p. 617).

Essa localização espacial intermediária entre o rural e o urbano que caracteriza e define classicamente, na literatura, o subúrbio, faz com que ele seja o componente rural do urbano. O subúrbio representa, em sua essência, um aspecto de descontinuidade de construções permeado pela idéia de largueza, seu significado era bem geral por configurar uma área de campo aberto e baixa densidade. Soares (apud Fernandes, 2007, p.199) chamou-as de “*subúrbios tradicionais ou bairros subúrbios*”.

Nossa preocupação ao conceituarmos esse termo, é chamar a atenção ao uso dado ao mesmo dentro do município do Rio de Janeiro. Para os cariocas o subúrbio faz parte da zona urbana da cidade, “o subúrbio carioca é urbano” (idem, p.199). O uso deste termo para designar boa parte da zona norte e a zona oeste faz com que Fernandes (1995) nos apresente o conceito de Lefebvre de raptó ideológico da categoria subúrbio no Rio de Janeiro.

2.2 A criação de um Rio capitalista e de um novo conceito para o subúrbio carioca e a Reforma Urbana Pereira Passos:

Até meados do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro limitava-se ao Campo do Santana e a Glória tendo em seus arrabaldes bairros de Botafogo, São Cristóvão, Catumbi e Catete. Até este momento, o subúrbio tinha um padrão ocupacional bastante similar aos subúrbios norte-americanos e europeus.

“Em suma, o antigo subúrbio romântico era um esforço de classe média no sentido de encontrar uma solução privada para a depressão e a desordem da metrópole imunda: uma efusão de gosto romântico, mas também uma fuga à responsabilidade cívica e à previsão municipal” (Mumford, 1965, 626).

Esses bairros situados nos arrabaldes da cidade eram habitados por uma população mais abastada, o crescimento do sítio era dado pelas conquistas dos cariocas sobre áreas insalubres para a habitação, com o aterro de mangues e lagoas nas cercanias a área urbana. Com a chegada do século XX e a ascensão do modo de produção capitalista na cidade, a urbanização intensificou seu caráter capitalista, intensificando seu caráter excludente ao promover zoneamento espacial.

É importante notar que o zoneamento não foi inaugurado pela ascensão do modo capitalista de produção capitalista, mas sim intensificado por este. Mesmo antes da consolidação do capitalismo como meio de produção dominante, algumas formas de zoneamento características da exclusão espacial promovida por esse modo de produção já eram notadas em nossa cidade

muito antes da consolidação deste, isso nos mostra que mesmo quando somos dependentes, e nesse caso colônia; reproduzimos o modelo dominante central.

Um exemplo disso em nossa sociedade pode ser notado em nossa cidade quando as autoridades portuguesas colocam o sertão carioca como palco de atividades menos nobres "*as autoridades metropolitanas proibiram que o senado carioca permitisse o funcionamento de um curral e matadouro no Largo do Paço, atual praça XV*" (Fernandes, 2008, p. 5).

Segundo Fernandes (2007), a urbanização capitalista produz zonas e bairros excluídos em termos simbólicos e/ou materiais daquilo que se compreende como cidade. Antes do século XX o Rio de Janeiro vive uma outra realidade espacial, no nosso entender esse conjunto de ideologias se espacializam pela reforma urbana de Pereira Passos. O entendimento desta reforma é fundamental para o compreendermos a evolução urbana do Rio de Janeiro, pois é aí que conceito carioca de subúrbio adquire sua particularidade.

A reforma Pereira Passos é um marco na reestruturação e zoneamento urbano carioca, pois é onde o poder público põe em prática ideais constituintes do imaginário da elite carioca, mostrando claramente com qual classe este estava associado.

A reforma não fora uma reação contra os males produzidos pela cidade do século XIX. No Rio de Janeiro esse quadro de insatisfação resultou condições insalubres nos cortiços e nas favelas, onde vivia a maioria da população pobre e miserável da época.

A Revolta da Vacina, em 1904, já era a manifestação, em forma de revolta, da crise de habitação resultante do quadro explicitado acima. Em meio à primeira reforma urbana em nossa cidade, ou seja, na reforma em questão, a rebelião é bastante complexa, mas fica claro que a crise da habitação era um dos seus maiores ingredientes.

A reforma urbana referida aproxima a morfologia da nossa cidade de algumas cidades dos países de capitalismo central, até mesmo pelas diferenças que encontramos na execução da reforma urbanística desenvolvida em Paris e no Rio de Janeiro. Essa diferença não parece estar centrada apenas no fato do Rio de Janeiro se configurar como periferia e Paris como

centro político-econômico nos jogos de hegemonia dos blocos mundiais de poder. Ela parece estar mais centrada na particularidade e nas diferenças apresentadas no sítio carioca do que em relação ao sítio parisiense, sendo levadas em consideração as especificidades da configuração urbana e sua morfologia.

A reforma urbana Pereira Passos executa um plano urbanístico inspirado na reforma urbana das cidades européias, especialmente Paris. Esse plano urbanístico foi chamado por Engels de “método de Haussmann”, é importante notarmos que a execução da reforma no Rio não foi copiada exatamente nos moldes franceses, a ideologia teve uma aplicação própria, um “*Hausmann nos trópicos*” segundo Fernandes (1995). Importante destacar que Jaime Benchimol utilizou pela primeira vez essa designação num trabalho científico, em “Pereira Passos, um Haussmann tropicão”. De acordo com Lefebvre, o método possuía dois atos:

“O primeiro implicou a destruição dos bairros populares da cidade antiga, a limpeza da área central daqueles ninhos de classes perigosas para que ali fosse implantado o seu espaço, com largas avenidas, prédios públicos e privados, zonas comerciais, praças e jardins públicos. O segundo acarretou a expulsão do proletariado para fora do centro urbano. Mas onde colocar e controlar o proletariado na cidade moderna? A resposta foi encontrada na ideologia do habitat, que poder ser resumida como a idéia da promoção da casa proletária própria no subúrbio”(Fernandes, 2006, p. 203).

Essas duas etapas foram efetuadas no Rio de Janeiro, porém elas não foram exatamente copiadas; as duas etapas se concretizaram como uma tentativa de moralizar a classe trabalhadora garantindo uma habitação adequada. Na cidade do Rio de Janeiro ocorre uma inversão de valores, pois a população pobre foi expulsa de suas moradias na área central pelo poder público, lugar que tradicionalmente habitavam. Estas se dirigiram para lugares, que no imaginário da elite, não se vivia, lugares considerados sem cultura e sem história.

“O conceito se caracteriza pelo seu caráter difuso de consciência, não se baseando no tradicional e muito menos no legal” (Fernandes, 1995, p.38).

O que nos parece bastante contraditório, pois a elite possuidora desse imaginário havia feito, por opção, seus espaços de vilegiatura e até mesmo algumas residências nos arrabaldes da cidade. Então o que faria esse espaço ser tão desvalorizado de valor comercial imobiliário? Discutiremos melhor essa questão mais a frente.

Nesse contexto cria-se o conceito carioca de subúrbio, caracterizado por uma construção histórico-espacial. A reforma urbana de Pereira Passos executa uma ideologia de segregação espacial transformando o subúrbio, referência do rural para o urbano, em um lugar dos excluídos do urbano, a referida reforma inaugura uma nova visão do que é subúrbio no Rio de Janeiro.

A partir dessa nova ideologia e identidade do subúrbio carioca, o conceito clássico não se encaixa mais na realidade (sub)urbana carioca. Como quando Chico Buarque tenta homenagear o bom malandro carioca na música Homenagem ao Malandro, mas não o encontra mais em seu tradicional lugar, na Lapa:

“Eu fui fazer um samba em homenagem à nata da malandragem, que conheço de outros carnavais. Eu fui na Lapa e perdi a viagem, que aquela tal malandragem não existe mais”.

Na mesma música parece que Chico Buarque encontra o malandro, só que agora em outro lugar, com uma outra dinâmica de vida. Com a reforma urbana de Pereira Passos o malandro de antes que morava no centro da cidade em cortiços insalubres, passa a ocupar áreas cada vez mais distantes do chamado centro onde continuam trabalhando. Com isso passam a fazer o movimento pendular diariamente utilizando a malha ferroviária como seu principal meio de ligação com o centro. No seguimento da música Chico Buarque ilustra muito bem a questão locacional do antigo malandro agora suburbano:

"Mas o malandro pra valer, não espalha, aposentou a navalha, tem mulher, filho, tralha e coisa e tal. Dizem as más línguas que ele até trabalha, mora lá longe e chacoalha, no trem da central".

A reforma urbana em questão não modifica apenas a configuração espacial da então capital federal, mas também imprime toda uma nova dinâmica à vida do antigo malandro que tanto contribuiu para a formação do imaginário carioca. Desde então ele passa a encarar uma viagem para chegar ao local de trabalho, passando por uma certa moralização posteriormente com a construção das vilas operárias pelo governo de Vargas. Com a Reforma Urbana Pereira Passos, o malandro se transforma em suburbano, mudando todo o imaginário que o cercava.

2.3 Recorte Espacial do Subúrbio – Subúrbio Social e/ou Subúrbio Geográfico:

A particularidade do conceito de subúrbio no Rio de Janeiro se dá pelo contexto histórico-espacial em que ele foi criado.

A expansão da cidade tanto para os pobres quanto para os ricos se deu pela ocupação do subúrbio. No entanto, bairros com caráter espacial suburbano não se consideram suburbanos, isso porque no Rio a categoria subúrbio é carregada de valores que tradicionalmente pertencem às classes mais baixas. Por isso bairros de classes mais altas que se situariam espacialmente no subúrbio, a exemplo do que acontece em muitas cidades norte-americanas, são considerados como extensão do centro, esse é o caso dos bairros da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, na zona Oeste da cidade.

Nesse sentido, podemos observar que o conceito de subúrbio no Rio de Janeiro não está associado à distância de tais bairros com o centro da cidade, mas sim ao tipo de ocupação do bairro. Isso está diretamente associado ao nível econômico da população residente do bairro em questão, pela sua formação podemos perceber que os bairros constituintes do subúrbio carioca são ocupados por uma população com um nível econômico menos elevado, em sua maioria; até porque eles se

configuraram como os excluídos do centro por não terem condições de acompanhar o fluxo migratório em direção à zona sul.

Como já foi dito acima, esse fluxo foi acompanhado pela população mais abastada, sendo permeado pela valorização da praia no cotidiano carioca, e conseqüentemente pela valorização imobiliária da área em questão.

A população que não pode seguir esse fluxo, pela valorização das novas fronteiras da metrópole carioca, também foi impedida de continuar habitando o centro da cidade, inicia-se então uma nova frente de ocupação, a ocupação do sertão carioca, que segue em direção ao que hoje consideramos como zona norte e zona oeste do município. Até então esse fluxo seguia a malha ferroviária existente no Rio de Janeiro, transformando o trem no principal meio de transporte para essa população que continuava a trabalhar no centro da cidade.

“Aqui apenas os pobres foram deslocados para a periferia e os setores médios e de alto status continuaram nas áreas centrais e jamais se suburbanizaram. A fidelidade a tal raciocínio foi tão sólida que na década de 1980, quando a ocupação de uma periferia como a Barra de Tijuca foi realizada através de autopistas, do automóvel particular, condomínios e shoppings centers, a maioria de nossos autores optaram em situá-la dentro do centro, por mais que tal conceituação exigisse a completa deformação de sua localização geográfica inegavelmente suburbana”. (Fernandes, 2008, p.9)

O padrão ocupacional da metrópole carioca, na sua origem, é explicado pela valorização de espaços antes considerados insalubres para a habitação.

3. CAPÍTULO 2: Poder Público como empreendedor: O Projeto Rio Cidade e a Reprodução da Categoria Subúrbio dentro dos bairros Bangu e Campo Grande:

3.1. Caracterização do Projeto Rio Cidade:

O Projeto Rio Cidade foi implementado pela Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e continha, em seu subtítulo, a expressão: “o urbanismo de volta às ruas”.

Nesse sentido, o principal objetivo conceitual, e elemento motivador, era trazer a população de volta para as ruas. Tal concepção estava diretamente articulada com a ideia de que ruas e calçadas degradadas e/ou inseguras faziam com que o pedestre, cidadão da cidade, fosse perdendo o senso de identidade com o espaço urbano carioca.

“Pretendia-se, então, intervir na cidade considerando o conforto e a beleza, a infra-estrutura e a estética, através de propostas de alto nível técnico e estético, sinalizando o desejo de uma nova atuação no trato dos espaços públicos, restabelecendo a ordem urbana.” (DOMINGUES, 1999, p. 59).

Restabelecer padrões de conforto, segurança e disciplina dos usuários através da renovação e ordenação do mobiliário urbano tornou-se imperativo para o projeto. Isso se explica quando tomamos como base o principal objetivo do projeto: *“O objetivo do Rio Cidade é resgatar a integração do cidadão com o espaço da sua cidade.”* (OLIVEIRA, 2008, p. 7).

Abaixo temos fotografias de algumas das intervenções do projeto em Campo Grande, esculturas de arte fazendo alusões à principal atividade comercial deste bairro no início do século XX: a cultura de laranjas. Em nosso entendimento, tais imagens demonstram o caráter meramente estético das intervenções.



Intervenções do Projeto Rio Cidade em Campo Grande

(Fonte:

http://www.google.com.br/imgres?q=projeto+%22rio+cidade%22&um=1&hl=pt-BR&biw=1280&bih=685&tbm=isch&tbnid=D5N8X25xs5KvLM:&imgrefurl=http://a.shistoriasdosmonumentosdorior.blogspot.com/2011/02/as-esculturas-do-bairro-de-campo-grande.html&docid=2w-Xtx5IFWIHM&imgurl=http://1.bp.blogspot.com/U-yBR167fWs/TUntPM1FDLI/AAAAAAAAA4/HtVv290Ys_A/s1600/10-08-2009%25252B085.jpg&w=1600&h=1199&ei=di5iT7ePDsjeqQeD_fybAg&zoom=1
)

O projeto Rio Cidade se dividiu em duas etapas.

A primeira etapa do projeto –Rio Cidade I– contemplou 15 bairros, dentre eles: Ilha do Governador, Copacabana, Catete, Vila Isabel, Penha, Campo Grande, Ipanema, Botafogo (Voluntários), Tijuca, Centro, Méier, Leblon, Bonsucesso, Madureira e Pavuna.

A segunda etapa realizou intervenções nas seguintes áreas: Santa Cruz, Bangu, Realengo, Marechal Hermes, Rocha Miranda, Grajaú, Largo do Bicão, Madureira, Irajá, Praça Seca, Ramos, Campo Grande, Haddock Lobo e Santa Teresa.



Fonte: http://www.google.com.br/imgres?q=projeto+%22rio+cidade%22&um=1&hl=pt-BR&biw=1280&bih=685&tbnid=c6PwjNq7BW9d-M:&imgrefurl=http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/338.htm&docid=6DI_hzJayTNt1M&imgurl=http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/338/image001.jpg&w=804&h=349&ei=di5iT7ePDsjegQeD_fybAg&zom=1

Na ideologia do projeto há certo teor romântico, pois remonta nossa memória para o Rio de Janeiro da década de 50, quando podíamos circular livremente nas ruas seguras e bem conservadas, projetadas para atender os desejos de seus atores principais, os pedestres.

Na década de 80, principalmente, as ruas passaram a ser mais cobertas e fechadas, “ruas de shopping-centers” (DOMINGUES, 1999, p. 62), concebidas para estimular um tipo de apropriação específica deste espaço privado (shopping-centers), o ato de consumir.

Segue abaixo uma fotografia da Rua Cônego de Vasconcelos em Bangu, principal centro comercial do bairro, alvo de sensíveis intervenções do projeto. Note na imagem que as intervenções do projeto Rio Cidade buscaram transformar o espaço da rua aberta em uma rua

fechada, remontando à ideia das ruas de shopping-centers revelando, assim, o padrão dicotômico entre a ideologia do projeto e sua aplicação.



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?q=cal%C3%A7ad%C3%A3o+de+bangu&um=1&hl=pt-BR&sa=N&biw=1280&bih=642&tbn=isch&tbnid=7l2vmyojypOgdM:&imgrefurl=http://www.panoramio.com/photo/29186481&docid=2fuJQXld2LvwXM&imgurl=http://static.panoramio.com/photos/original/29186481.jpg&w=1216&h=912&ei=mkxiT7rLHIGSgQfdub3RAg&zoom=1>

Contraditoriamente a sua ideologia empreendedora, o retorno às ruas se encontrava dentre os principais objetivos do projeto:

“Afirmar a importância das ruas para o equilíbrio de vida social nas cidades e, em consequência, trabalhar para a sua reabilitação, restituindo aos cidadãos o direito à cidade, integrando objetivos sociais, econômicos e culturais.”
(IPLANRIO, 1997).

3.2. O Empreendedor e os suburbanos, a reprodução em escala local (Bangu e Campo Grande):

As ruas da cidade do Rio de Janeiro demandavam, então, pelo projeto, pois estas, segundo o pensamento do Estado, se encontravam em uma situação de caos urbano. Violentas e desordenadas pela quantidade de trabalhadores que buscavam nelas seu sustento e/ou faziam delas sua moradia.

Portanto, restituir ao cidadão o direito à cidade, segundo o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, é retirar a possibilidade de trabalhadores sustentarem suas famílias já que estes eram considerados uns dos agentes causadores da desordem urbana, assim como desapropriar moradores em condição de rua daquelas localidades.

Nesta perspectiva nos parece que não há uma idéia de cidadania ampla para todos os cidadãos, pois ela está, em sua essência, diretamente associada ao ato de consumir e não ao de existir/ocupar na/a cidade.

Este projeto tem um caráter bem específico se levamos em consideração o histórico de reformas que já haviam acontecido em nossa cidade.

“Até então, a Reforma Pereira Passos, no início do século, o Plano Agache, nos anos 20, e o Plano Doxiadis, na década de 60, se constituíam em planos urbanísticos, sobretudo os dois últimos, que tomavam e pensavam a cidade como um todo, como organismo social ou como um sistema.” OLIVEIRA, 2008, p. 8.

A intervenção urbanística é inspirada no empreendedorismo urbano e tendo como base ações pontuais em áreas centrais dos bairros, retomando a identidade dos bairros para reforçar, assim, suas características de subcentros. Sendo assim, verificamos claramente que o planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro assume uma postura relacionada à conjuntura neoliberal das cidades contemporâneas, transformando a cidade numa espécie de mercadoria.

O empresariamento das cidades (também denominado de empreendedorismo urbano) apresenta como característica central

“a noção de parceria público-privada na qual as tradicionais reivindicações locais estão integradas com a utilização dos poderes públicos locais para tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas

fontes geradoras de emprego”
(HARVEY, 1996, p. 52).

Esperava-se que tais medidas funcionassem como estímulo para agentes econômicos privados que, através de recursos e maiores investimentos, gerassem maiores ofertas de empregos, demonstrando assim, uma clara ideologia empreendedora por parte do poder público.

As áreas centrais eram consideradas estratégicas pelos idealizadores do projeto, sobretudo por serem de uso, quase que exclusivamente, comerciais, constituindo assim, segundo a ideologia do projeto, *“pólos de atração em relação a outros bairros vizinhos e a toda a cidade, permitindo uma maior integração interna na cidade.”* (DOMINGUES, 1999, p. 60)

A partir da observação do mapa, podemos ver a distribuição espacial do projeto, e, como foi dito acima, este possui uma especificidade quando comparado com outros projetos urbanísticos ocorridos na cidade: sua abrangência, considerando, inclusive, áreas suburbanas que raramente são atendidas pelo poder público.

No entanto, devemos observar com atenção o caráter da intervenção urbanística; pois nos parece contraditório e anacrônico que o poder público se apresente, sobretudo no subúrbio, de uma forma assumidamente neoliberal já que esta lógica produtiva se caracteriza, essencialmente, pela ausência da iniciativa pública em suas práticas.

Diante do acima exposto, devemos entender como a cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, seu subúrbio, é considerada no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Tal entendimento é explicitado no caráter das intervenções propostas e efetivadas em seu projeto urbanístico, o Projeto Rio Cidade.

Entendemos que, para o subúrbio, esta lógica se manifesta como parte integrante de uma continuidade da ausência, pois mesmo que objetivamente o poder público se manifeste nas intervenções, e mais especificamente nesse caso, o Projeto Rio Cidade, há em seu próprio discurso teórico, mesmo que subjetivamente, a retórica da ausência. Ou seja, mesmo quando o subúrbio é atendido, este é considerado pela ausência característica da lógica neoliberal.

Sob a máscara/maquiagem de resgate da cidadania com civilidade e bem-estar, discurso de volta às ruas com a distribuição de alguns bens e serviços de embelezamento para o centro de alguns bairros e quebra (virtual) do paradigma centro-periferia, ocorre de forma subjetiva uma espécie de institucionalização da ausência manifestada pelo caráter empreendedor/neoliberal do projeto.

A partir daí, vislumbramos o aumento das desigualdades sócio-espaciais como uma das consequências desta institucionalização da ausência, tal faceta é observada dentro dos próprios bairros “beneficiados” pelo projeto.

Faz-se necessário ressaltar que entendemos a desigualdade sócio-espacial carioca, manifestada em nosso entendimento com o surgimento da categoria subúrbio, debatida no primeiro capítulo deste trabalho, como um processo bastante complexo de motivações diversas e amplas, este não pode ser associado apenas à ocorrência (ou a falta) de projetos urbanísticos.

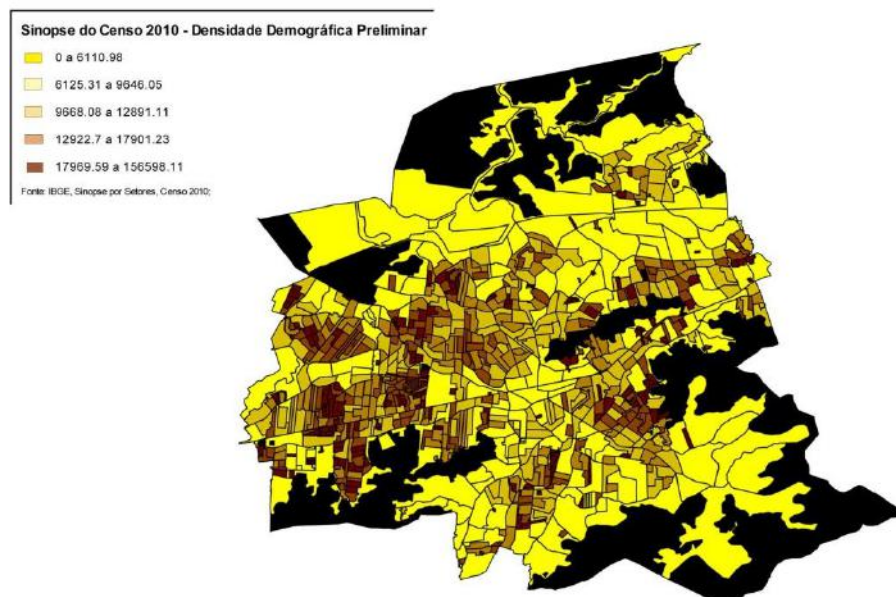
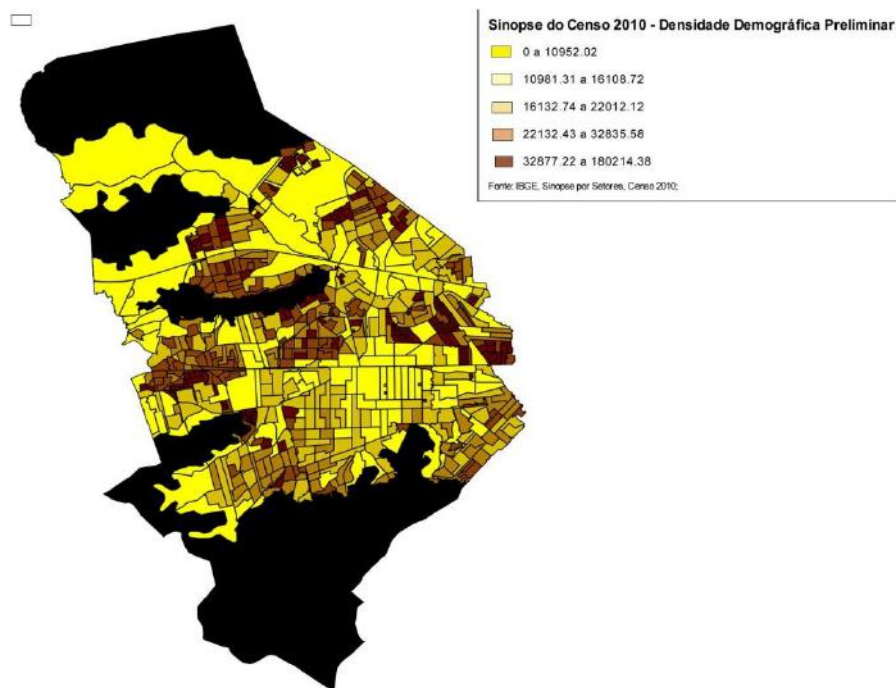
Nosso objetivo é ensejar uma reflexão acerca de uma das características ideológicas deste projeto no recorte espacial dos bairros Bangu e Campo Grande, pois acreditamos que a corroboração da desigualdade está em sua gênese. Isso ocorre, inclusive, sem que haja nenhum tipo de preocupação por parte do Estado para escondê-lo.

Portanto, em nosso entendimento, há, no projeto Rio Cidade, uma faceta legitimadora e motivacional para o aumento desta desigualdade dentro desses bairros, podemos, inclusive, comprová-la no conceito do Plano Estratégico.

“[...]as intervenções deveriam induzir, por sinergia, iniciativas similares de outros agentes sociais, potencialmente capazes de, em conjunto, gerar efeitos multiplicadores sobre todo o tecido urbano. Não havendo recursos disponíveis para intervir no todo, cabia promover ações localizadas e exemplares, conquanto coerentes entre si e com o objetivo estratégico definido.” (IPLANRIO, 1996).

Lugares fora do considerado eixo estruturador destes bairros são de uso basicamente residencial, e demandam de intervenções mais comprometidas por parte do poder público. Estas não podem se limitar a esperar que intervenções pontuais nos eixos estruturadores destes bairros funcionem como elemento catalisador e polarizador para transformações e melhorias em todo o bairro, em especial nesses lugares.

Abaixo, temos mapas de densidade demográfica com base no censo 2011 conduzido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ao observarmos este mapa poderemos notar que as maiores densidades demográficas das regiões Bangu e Campo Grande se encontram nestas localidades, ou seja, fora dos eixos estruturadores.



A questão central é que essa dinâmica impõe a tais lugares condições extremamente desiguais, até mesmo para a própria lógica empreendedora. Dito isso, pegaremos como exemplo para a análise o bairro de Senador Camará, constituinte da região Bangu.

O bairro em questão tem boa parte de sua vida econômica “legal” ligada a uma feira, vizinha a estação da linha férrea do ramal Santa Cruz; pois bem, por mais que esta feira seja simpática e tradicional acreditamos que ela

não competirá em condição de igualdade com o Bangu Shopping, empreendimento localizado bem no coração do eixo estruturador da região Bangu.

Portanto, a intervenção do projeto Rio Cidade beneficiou uma localidade que já possuía privilégios (culturais e econômicos), agravando a desigualdade deste espaço.

Se aprofundarmos nosso raciocínio tendo como base o mesmo bairro usado para a exemplificação acima, podemos perceber um mecanismo muito perverso do sistema neoliberal, base teórica do empreendedorismo. Senador Camará não tem uma vida econômica “legal” dinamizada, no entanto sua vida econômica “ilegal” é a mais movimentada da Região.

A intervenção (ausência) do Estado corroborou, por sinergia (assim está exposto como elemento norteador na ideologia do projeto urbanístico), para a movimentação de agente sociais empreendedores. Como exemplo, teríamos os traficantes de drogas; nos parece inegável que estes são capazes, potencialmente, de, em conjunto, gerar efeitos multiplicadores sobre todo o tecido urbano, basta termos em mente o complexo de favelas Rebu-Coréia é uma das maiores comunidades do município; considerada grande polo de tráfico de drogas, e, conseqüentemente, grande centro econômico deste tipo de comércio clandestino.

Ainda não se tem registros de construções de escadas rolantes, no entanto, estes empreendedores, além de movimentarem parte do comércio local, promovem todo final de semana uma grande festa aberta para toda a comunidade, o baile *funk*. Mostram-se, assim, ótimos competidores, pois tal festa deu ao bairro a alcunha de *Maracanã do funk*; em um contexto de competição entre cidades estes empreendedores seriam muito bem sucedidos se trabalhassem com práticas legais.

Devemos, neste caso, levarmos em consideração um aspecto bastante relevante; durante boa parte do governo Cesar Maia estes empreendedores eram vistos de uma forma positiva. Acreditava-se que estes, milicianos, eram legítimos empreendedores, que, diante da incapacidade do Estado de gerenciar todo o território, assumiam o papel de promotores destes serviços (gás, segurança das ruas, controle da oferta de TV a cabo, controle do

transporte alternativo e, em alguns casos, cobrança de aluguel).

Cabe ressaltar outro aspecto importantíssimo desta dimensão; em alguns bairros destas regiões (Cosmos na região Campo Grande e Gericinó na região Bangu) já temos registros da ação de outros agentes sociais empreendedores: as milícias. Na maioria das vezes seus integrantes são militares, que, na ativa ou reformados, se aproveitavam desta condição para, por meio da coerção e abuso de autoridade, intimidar seus concorrentes eliminando-os da disputa.

Justamente pelo que foi acima exposto, este aspecto do projeto (a efetuação de ações pontuais em áreas centrais dos bairros) não demonstra claramente a opção pelo modelo polinuclearizada superando o modelo centro/periferia como tem sido colocado por algumas pesquisas relacionadas ao tema, como nas palavras de Domingues (1999) sobre a estratégia do Projeto Rio Cidade:

“a estratégia citada é uma decorrência clara da opção pelo modelo teórico mais contemporâneo da metrópole polinuclearizada em detrimento do modelo centro/periferia, que atribui a uma retórica racionalista já ultrapassada.” (DOMINGUES, 1999, p. 60).

Na verdade, em nosso entendimento, tal característica legitima o modelo centro/periferia, mas desta vez em outra escala, e esta, por sua vez, ocorre dentro do próprio bairro. Quando o centro do bairro é alvo de intervenções pontuais como esta por parte do poder público, também há negligência em relação a lugares periféricos (“suburbanos”) deste, que ficam reféns da iniciativa privada.

Portanto, neste caso, há a reprodução do mesmo modelo centro/periferia, falsamente considerado como superado pela ideologia do projeto, considerando que desta vez a escala da carência é mais gritante, por se materializar dentro do próprio bairro.

Ainda mais no caso de alguns bairros da zona oeste que, por possuírem a características físicas e demográficas um pouco diferente do padrão da maioria

dos bairros suburbanos, (Bangu possui 244.518 habitantes distribuídos em um território de 4 570,69 hectares, Campo Grande tem uma população de 328.370 habitantes distribuídos em um território de 11.912,53 hectares e Santa Cruz tem uma população de 217.333 habitantes e seu território é de 12.504,43 hectares {fonte: IBGE}) apresentam, dentro de seu próprio território, fortes desigualdades sócio espaciais.

A dimensão desta desigualdade é materializada nas localizações das maiores comunidades destas regiões, visto que a maioria delas se encontra longe destes subcentros, nos limites dos bairros citados.

4. À guisa de conclusão:

Como os bairros suburbanos foram ocupados por uma população, em boa parte, expulsa do centro, a imagem desses bairros para os ricos era a de lugares onde a pobreza e a marginalidade operava, como já foi dito acima, os subúrbios eram considerados como lugares de precariedade e de pessoas sem cultura, “*onde não se vivia*” (Fernandes, 2006, p.35).

Atualmente, algumas áreas cariocas tratadas por nós como subúrbio já perderam seu caráter de subúrbio/arrabalde da metrópole carioca por se encontrarem conurbadas (caso da Zona Norte e boa parte da Zona Oeste), mas continuam com uma representação suburbana.

A partir do debate acerca da particularidade do conceito de subúrbio percebemos que a ausência do Estado foi marcante para construção deste espaço, tanto pelo aspecto objetivo (evolução urbana), quanto pelo aspecto subjetivo (categoria social).

Construção feita muitas das vezes de forma perversa, em um quadro de concentração de riqueza, o subúrbio foi estigmatizado como território sem cultura urbana, sub-urbana, distante do centro, construído sem planejamento, desordenadamente.

Diante desta realidade, torna-se de vital importância refletir acerca da natureza das intervenções conduzidas

pelo Estado naquele território. Ainda mais quando estas intervenções são pensadas, e efetuadas, sob a égide de ideais que privilegiam a perspectiva econômica e competitiva sob o olhar social.

Procuramos debater, tendo como base os objetivos e perspectivas do projeto, os ideias que se colocam de maneira nebulosas, pois escondidos sob a maquiagem e embelezamento intrínsecos das intervenções do projeto há, por parte do Estado, um explícito abandono da cidade.

Manifestado em práticas de controle e opressão, o poder público promove a exclusão pela ausência da cidadania e do direito a cidade gerando, assim, todas as condições necessárias para a reprodução da desigualdade sócio-espacial manifestada na categoria subúrbio.

Ao revitalizar certos espaços da cidade para o capital privado, o poder público cria ou recria novos territórios de restrição à cidadania num sentido amplo a toda a população, se alinhando a lógica do processo mundial de políticas neoliberais.

“(...) quase um século depois, Pereira Passos é atualizado na “limpeza social da cidade” e aliado ao embelezamento e à ordem. No lugar de civilizar-se, cidadanizar-se ao sabor dos desejos do mercado e interesses vinculados ao turismo em escala internacional.”
(OLIVEIRA, 2008, p.: 17)

A partir dessa linha de pensamento, podemos compreender que os interesses que constituem um quadro de competição entre as cidades, estes interesses fazem com que haja uma espécie de disputa nem sempre velada, mas muita das vezes explícita, onde cada cidade deve mostrar suas potencialidades para atrair investimentos de capitais que circulam em escala mundial.

É importante destacar o aparente antagonismo implícito neste aspecto, pois ao mesmo tempo em que há clara revalorização do lugar e da escala local, há, também, a necessidade da cidade, pela tônica desta competição, se associar a fluxos de escalas mundiais. É

daí que verificamos a perda da importância relativa à rede urbana hierarquizada.

Desta forma, pensamos que a intervenção urbanística do Rio Cidade possibilitou um planejamento urbano tido como de “novo tipo”, com uma racionalidade e administração de empresa, como parte do plano estratégico da cidade.

Também observamos um aumento do controle social sobre o espaço, dos seus usos e serviços e da população que dele se utiliza, caracterizando, a nosso ver, em muitos aspectos, formas de restrição à cidadania para determinados sujeitos e atores sociais.

Mas o que mais nos chamou a atenção foi perceber como a reprodução do padrão centro/periferia (urbano/suburbano) se deu no caráter das intervenções.

Acreditamos que, mesmo com as particularidades de cada intervenção, há, no projeto Rio Cidade, a mesma exclusão promovida pela Reforma Urbana de Pereira Passos, a restrição ao direito de ir e vir do cidadão com menor poder aquisitivo na cidade, com a cidadania se vinculando ao ato de consumir.

5. Bibliografia:

ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987;

DOMINGUES, Luís Carlos Soares Madeira. *Projeto urbano e planejamento: o caso do Rio Cidade* / Luís Carlos Soares Madeira Domingues. – 1999. 147 f. : il.; 30 cm.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1954)*, Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1995;

FERNANDES, N. N. *Onde a cidade perde seu nome; Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*, Rio de Janeiro, DP&A, 2006;

FERNANDES, N. N. *Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI)*. *Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008*;

HARVEY, D. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. *Espaço & Debates*, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 39, p.48-64, 1996;

IPLANRIO. *Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PCRJ, jan. 1996;

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965 (Vol. 2);

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. *O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania*. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. *Projeto Rio Cidade: intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008*. *Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/338.htm>

Sítios visitados:

<http://mapaambiental.blogspot.com/2010/08/bairros-do-rio-de-janeiro-shapefile-e.html>, visitado no dia 10/03/2012 as 14:20 horas;

<http://www.supervia.com.br/estacoes.php>, visitado no dia 10/03/2012 às 14:30 horas;

<http://maps.google.com.br/>, visitado no dia 10/03/2012; as 15:00 horas;

http://www.google.com.br/imgres?q=projeto+%22rio+cidade%22&um=1&hl=pt-BR&biw=1280&bih=685&tbnid=c6PwjNq7BW9d-M:&imgrefurl=http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/338.htm&docid=6DI_hzJayTNt1M&imgurl=http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/338/image001.jpg&w=804&h=349&ei=di5iT7ePDsjeg;QeD_fybAg&zoom=1, visitado no dia 15/03/2012 as 15:00 horas;

<http://www.google.com.br/imgres?q=cal%C3%A7ad%C3%A3o+de+bangu&um=1&hl=pt-BR&sa=N&biw=1280&bih=642&tbnid=7I2vmyojypOgdM:&imgrefurl=http://www.panoramio.com/photo/29186481&docid=2fuJQXld2LvwXM&imgurl=http://static.panoramio.com/photos/original/29186481.jpg&w=1216&h=912&ei=mkxiT7rLHIGSgQfdub3RAg&zoom=1>, visitado no dia 15/03/2012 as 17:00 horas;

http://www.google.com.br/imgres?q=projeto+%22rio+cidade%22&um=1&hl=pt-BR&biw=1280&bih=685&tbnid=D5N8X25xs5KvLM:&imgrefurl=http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2011/02/as-esculturas-do-bairro-de-campo-grande.html&docid=2w-Xtx5IFWIHM&imgurl=http://1.bp.blogspot.com/_U-yBR167fWs/TUntPM1FDLI/AAAAAAAAA4/HtVy290YsA/s1600/10-08-2009%25252B085.jpg&w=1600&h=1199&ei=di5iT7ePDsjegQeD_fybAg&zoom=1, visitado no dia 15/03/2012 as 17:45 horas.

<http://www.google.com.br/imgres?q=chafarizes+bangu+cal%C3%A7ad%C3%A3o&um=1&hl=pt-BR&biw=1280&bih=685&prmdo=1&tbnid=zX>

[dB7wmYjOsl6M:&imgrefurl=http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2011/02/as-esculturas-do-bairro-de-campo-grande.html&docid=2w-Xtx5IFWIHM&imgurl=http://1.bp.blogspot.com/_U-yBR167fWs/TUnpSaD48WI/AAAAAAAAA_Q/-RTEd0INKWY/s1600/broca%25252Bde%25252Bcampo%25252Bgrande.jpg&w=640&h=480&ei=83BjT9icKML6ggfb4YHNAg&zoom=1](http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2011/02/as-esculturas-do-bairro-de-campo-grande.html&docid=2w-Xtx5IFWIHM&imgurl=http://1.bp.blogspot.com/_U-yBR167fWs/TUnpSaD48WI/AAAAAAAAA_Q/-RTEd0INKWY/s1600/broca%25252Bde%25252Bcampo%25252Bgrande.jpg&w=640&h=480&ei=83BjT9icKML6ggfb4YHNAg&zoom=1), visitado no dia 16/03/2012 as 14:30 horas;

http://www.google.com.br/imgres?q=chafarizes+bangua+cal%C3%A7ad%C3%A3o&um=1&hl=pt-BR&biw=1280&bih=685&prmdo=1&tbn=isch&tbnid=Kx-UFP-YAp5DDM:&imgrefurl=http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2011/02/as-esculturas-do-bairro-de-campo-grande.html&docid=2w-Xtx5IFWIHM&imgurl=http://1.bp.blogspot.com/_U-yBR167fWs/TUnpASc0NUI/AAAAAAAAA_I/Xjv1loV4HKc/s1600/01%2525255B2%2525255D%25252B-%25252Bcampao%25252Bgrande%25252B-%25252Blaranja.jpg&w=640&h=480&ei=83BjT9icKML6ggfb4YHNAg&zoom=1, visitado no dia 16/03 as 14:20;